


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 22/04/2022.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ELIABE DOS SANTOS PROCÓPIO

ANÁLISE RETÓRICA DO GÊNERO
TRATADO DE FRONTEIRA
BRASIL E PAÍSES SUL-AMERICANOS



ARARAQUARA – S.P.
2020

ELIABE DOS SANTOS PROCÓPIO

**ANÁLISE RETÓRICA DO GÊNERO
TRATADO DE FRONTEIRA
BRASIL E PAÍSES SUL-AMERICANOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientador: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Convênio: DINTER UNESP/UERR/UFRR

ARARAQUARA – S.P.
2020

Procópio, Eliabe dos Santos
Análise Retórica do Gênero Tratado de Fronteira -
Brasil e Países Sul-americanos / Eliabe dos Santos
Procópio - 2020
174 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua
Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Maria Helena de Moura Neves

1. Tratado de Fronteira. 2. Gênero discursivo. 3.
Sociorretórica. 4. Retórica da Situação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIABE DOS SANTOS PROCÓPIO

ANÁLISE RETÓRICA DO GÊNERO TRATADO DE FRONTEIRA BRASIL E PAÍSES SUL-AMERICANOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientador: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves

Convênio: DINTER UNESP/UERR/UFRR

Data da defesa: 22/04/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professora Doutora Maria Helena de Moura Neves
Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Professor Doutor Américo Alves de Lyra Júnior
Universidade Federal de Roraima – UFRR

Membro Titular: Professora Doutora Aurea Suely Zavam
Universidade Federal do Ceará – UFC

Membro Titular: Professora Doutora Marize Mattos Dall-Aglio Hattner
Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/São José do Rio Preto

Membro Titular: Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – UNESP/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta tese

à minha família

(Meus pais Eliezer Severino Procópio e Maeli dos Santos Procópio;

Minhas irmãs Sara, Joquedebe e Joelane e meus cunhados; e

Meus sobrinhos Boaz, Rebekah, Déborah, Mical e Joaquim);

aos meus alunos; e

à memória do diplomata e imortal

Affonso Arinos de Mello Franco (1930 – 2020).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves, que me fez abrir a mente para o trabalho cuidadoso e crítico. Em 2005, li seu livro ‘A vertente grega da gramática tradicional’. Em 2006, na UFC, enquanto assistia à sua palestra sobre a formação da gramática, imaginei ser seu aluno. Sem planejar, tornei-me seu orientando em 2016. Foi uma honra receber sua orientação. Aprendi muito.

Aos professores da banca de defesa: Dr. Américo Alves de Lyra Júnior (UFRR), Dra. Aurea Suely Zavam (UFC), Dra. Marize Mattos Dall-Aglio Hattner (UNESP/IBILCE), Dra. Rosane de Andrade Berlinck (UNESP/FCLAR), Dr. Fernando César Costa Xavier (UFRR), Dr. Júlio César Araújo (UFC) e Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (UFC).

Destaco minha gratidão à profa. Marize, que acompanhou a construção do projeto de pesquisa e deste texto, durante os debates no SELIN; ao prof. Júlio, que muito me ajudou participando da minha qualificação e cedendo, inclusive, material bibliográfico no prelo; e à profa. Rosane (e ao seu Grupo de Pesquisa Solar), que participou da minha qualificação e com quem tive as melhores discussões durante as aulas da pós-graduação.

Aos meus professores, que me conduziram na trilha do conhecimento. Em especial, cito: profa. Ms. Débora Valença, minha professora de português do ensino médio (no Colégio da Polícia Militar do Ceará, 2001 a 2003), um exemplo de *magister*, que me animou a fazer Letras e com quem discutia literatura; profa. Dra. Marlene Mattes (Universidade Federal do Ceará, 2004 a 2008), cujo apoio, dedicação e exemplo ético foram fundamentais para minha permanência e sucesso na minha graduação; e prof. Dr. Mariano Queirós (Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Madri, 2009 e 2010), que me introduziu no campo da Filologia.

Ao Fabricio Paiva Mota, meu marido, amigo e colega de trabalho.

Aos amigos de Araraquara, especialmente: Marcus, Milena, Carlos, Juliana e Juhan.

Aos meus alunos, orientandos, amigos e companheiros de trabalho: Felipe Thiago, Rosineide, Daniel, Fabiano, Wesley e Patrícia – que continuaram com as leituras e os estudos na minha ausência, e que cuidaram do Laboratório (Labim) e da minha casa.

Aos melhores tradutores do Brasil: Antônio Lisboa (inglês), Fabricio Mota (espanhol), Flore Kedochim (francês) e Tito Lívio Cruz Romão (alemão).

À Universidade Federal de Roraima, que se comprometeu com o projeto do DINTER juntamente com a UERR e a UNESP/Araraquara.

Valete frates!

“porque a linguagem é sempre um indicador sensível – embora não um simples reflexo – da mudança cultural” (BURKE, 2010, p. 17)

RESUMO

Esta pesquisa filia-se aos Estudos Retóricos do Gênero (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 2005) e à Retórica da Situação (BURKE, 1950; 1951; BITZER, 1968), com o objetivo de analisar o Tratado de Fronteira como um gênero que responde às demandas sociais da situação retórica do estabelecimento de fronteira entre o Brasil e os países sul-americanos. A metodologia geral desta pesquisa compõe-se de 4 partes, cada uma delas relacionada a um objetivo específico, que são: (i) seleção do *corpus* – para selecionar um fragmento histórico-social e nele descrever o processo da tipificação da retórica de fronteiras; (ii) identificação do propósito comunicativo – para definir o Tratado de Fronteira, que é um gênero elaborado por um grupo de pessoas motivadas por uma demanda social; (iii) elaboração dos sistemas de gêneros tratadísticos – para reconstruir a situação retórica do estabelecimento de fronteiras e traçar o percurso da criação e validação social (legal e administrativa) do gênero Tratado de Fronteiras; e (iv) descrição da composição linguístico-textual – para caracterizar o Tratado de Fronteira como gênero textual com base em suas principais marcas linguísticas regularizadas e compartilhadas entre os Tratados. O *corpus* desta pesquisa está composto de 18 Tratados de Fronteira, que foram celebrados pelo Brasil e os países sul-americanos, entre os anos de 1851 a 1981. Os resultados alcançados por esta pesquisa mostram que: (1) o gênero Tratado de Fronteira é o acordo escrito e formal entre dois sujeitos internacionais, formado por uma constelação de enunciados performativos, que realizam a ação social de estabelecer delimitações territoriais; (2) a celebração de cada um dos Tratados forma um conjunto de gêneros, que se organizam em 6 grupos configurando um sistema de gêneros; (3) cada sistema de gêneros reflete uma situação retórica cuja demanda é a delimitação, cada um dos grupos de gêneros reflete um evento dessa situação (negociação, adoção do texto, assinatura etc.), reunindo os gêneros que viabilizam a criação e a validação do Tratado nas esferas institucionais; (4) a composição textual dos Tratados é formada por 5 unidades retóricas, que são o título, o preâmbulo, a articulação substancial e a articulação final; (5) essa composição textual é retórica, porque resulta de um trabalho coletivo, realizado reiteradamente nas esferas de uso do gênero Tratado e estabilizado por seus usuários; (6) cada uma dessas unidades retóricas está composta de subunidades, exceto a intitulação, e apresenta um estilo linguístico específico. A articulação substancial, por exemplo, que é a parte compromissiva do Tratado, se caracteriza por uma organização textual hierárquica entre aquilo que vem na cabeça no artigo e nos desdobramentos articulares, estabelecendo uma escala de força retórica. A função textual injuntiva sobressai por configurar todo o conteúdo semântico dos enunciados da articulação substancial e, principalmente, por ser uma propriedade inerente ao gênero Tratado de Fronteira.

Palavras-chave: Tratado de Fronteira. Gênero. Sociorretórica. Retórica Situacional.

ABSTRACT

This research is affiliated with Rhetorical Gender Studies (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 2005) and the Situational Rhetoric (BURKE, 1950; 1951; BITZER, 1968) in order to analyze the Frontier Treaty as a genre which responds to the social demands of the rhetorical situation of the establishment of borders between Brazil and South American countries. The general methodology of this research consists of 4 parts, each related to a specific objective, which are: (i) corpus selection - to select a historical-social fragment and describe it in the process of typifying the rhetoric of borders; (ii) identification of the communicative purpose - to define the Frontier Treaty, which is a genre elaborated by a group of people motivated by a social demand; (iii) elaboration of treatise genre systems - to reconstruct the rhetorical situation of the establishment of borders, and trace the path of creation and social (legal and administrative) validation of the genre Frontier Treaty; and (iv) description of the linguistic-textual composition - to characterize the Frontier Treaty as a textual genre based on its main linguistic marks regularized and shared among the Treaties. The corpus of this research is composed by 18 Frontier Treaties, which were celebrated by Brazil and South American countries, from 1851 to 1981. The results achieved by this research show that: (1) the genre Frontier Treaty is the written and formal agreement between two international subjects, formed by a constellation of performative statements, which carry out the social action of establishing territorial boundaries; (2) the celebration of each of the Treaties forms a set of genres, which are organized into 6 groups configuring a system of genres; (3) each gender system reflects a rhetorical situation whose demand is delimitation, each gender group reflects an event of that situation (negotiation, acceptance of the text, signature etc.), bringing together the genres that make possible the creation and validation of the Treaty in the institutional spheres; (4) the textual composition of the Treaties consists of 5 rhetorical units, which are the title, the preamble, the substantial articulation and the final articulation; (5) this textual composition is rhetorical, because it results from a collective work, carried out repeatedly in the spheres of use of the genre Treaty and stabilized by its users; (6) each of these rhetorical units is made up of subunits, except the title, and it has a specific linguistic style. The substantial articulation, for instance, which is the compromising part of the Treaty, is characterized by a hierarchical textual organization between what comes to the head of the article and in joint developments, establishing a scale of rhetorical strength. The injunctive textual function stands out for configuring all the semantic content of the statements of the substantial articulation and, mainly, for being a property inherent to the genre Frontier Treaty.

Keywords: Frontier Treaty. Genre. Sociorethoric. Situational Rhetoric.

RESUMEN

Esta investigación se afilia a los Estudios Retóricos de Género (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 2005) y a la Retórica de la Situación (BURKE, 1950; 1951; BITZER, 1968) con el objetivo de analizar el Tratado de Frontera como un género que contesta a demandas sociales de situación retórica de establecimiento de frontera entre Brasil y países suramericanos. La metodología general de esta investigación se compone de 4 partes, cada una corresponde a un objetivo específico, que son: (i) selección del *corpus* – para seleccionar un fragmento histórico-social y describir el proceso de tipificación de fronteras; (ii) identificación del propósito comunicativo – para definir el Tratado de Frontera, que es un género elaborado por un grupo de personas motivada por una demanda social; (iii) elaboración de los sistemas de género tratadísticos – para reconstruir la situación retórica del establecimiento de fronteras y delinear el recorrido de la creación y validación social (legal y administrativa) del género Tratado de Fronteras; y (iv) descripción de la composición lingüístico-textual – para caracterizar el Tratado de Frontera como género textual con en función de sus principales rasgos lingüísticos regularizados y compartidos entre los Tratados. El *corpus* de esta investigación se compone de 18 Tratados de Frontera, que fueron celebrados por Brasil y países suramericanos, entre los años 1851 a 1981. Los resultados obtenidos por esta investigación muestran que: (1) el género Tratado de Frontera es el acuerdo escrito y formal entre dos sujetos internacionales, formado por una constelación de enunciados performativos, que realizan una acción social de establecer delimitaciones territoriales; (2) la celebración de cada uno de los Tratados forma un conjunto de géneros, que se organizan en 6 grupos configurando un sistema de géneros; (3) cada sistema de géneros refleja una situación retórica cuya demanda es la delimitación, cada uno de los grupos de géneros refleja un evento de esa situación (negociación, adopción de texto, firma etc), reuniendo los géneros que posibilitan la creación y la validación del Tratado en las esferas institucionales; (4) la composición textual de los Tratados se compone de 5 unidades retóricas, que son el título, el preámbulo, la articulación sustancial y la articulación final; (5) esa composición textual es retórica porque resulta de un trabajo colectivo, realizado reiteradamente en las esferas de uso del género Tratado y estabilizado por sus usuarios; (6) cada una de esas unidades retóricas se compone de subunidades, salvo la intitulación y presenta un estilo lingüístico específico. La articulación sustancial, por ejemplo, que es la parte compromisiva del Tratado, se caracteriza por una organización textual jerárquica entre lo que viene en el *caput* del artículo y en las extensiones articulares, estableciendo una escala de fuerza retórica. La función textual obligativa sobresale por configurar todo el contenido semántico de los enunciados de la articulación sustancial y, principalmente, por ser una propiedad inherente al género Tratado de Frontera.

Palabras clave: Tratado de Frontera. Género. Sociorretórica. Retórica Situacional.

RÉSUMÉ

Cette recherche se fonde sur les Études rhétoriques sur le genre (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 2005) et la Situation Rhétorique (BURKE, 1950; 1951; BITZER, 1968), dans le but d'analyser le Traité de Frontière en tant que genre qui répond à des demandes sociales dans des situations rhétoriques de mise en place de frontières entre le Brésil et les pays d'Amérique du Sud. La méthodologie générale de cette recherche se compose de 4 parties, chacune d'elle étant liée à un objectif spécifique, qui sont : (i) la sélection du *corpus* – pour sélectionner un fragment historico-social et y décrire le processus de typification de la rhétorique des frontières ; (ii) l'identification de la finalité communicative – pour définir le Traité de Frontière, qui est un genre élaboré par un groupe de personnes motivées par une demande sociale ; (iii) l'élaboration des systèmes de genres de traités – pour reconstruire la situation rhétorique de la mise en place de frontières et tracer le parcours de création et de validation sociale (légale et administrative) du genre Traité de Frontière ; et (iv) la description de la composition linguistique-textuelle – pour caractériser le Traité de Frontière comme un genre textuel basé sur les principales marques linguistiques régularisées et partagées entre les Traités. Le *corpus* de cette recherche est composé de 18 Traités de Frontière, qui ont été célébrés par le Brésil et les pays d'Amérique du Sud entre 1851 et 1981. Les résultats obtenus par cette recherche montrent que : (1) le genre Traité de Frontière est un accord écrit et formel entre deux sujets internationaux, formé par une constellation d'énoncés performatifs, qui réalisent une action sociale établissant des délimitations territoriales ; (2) la célébration de chacun des Traités forme un ensemble de genres, qui s'organisent en 6 groupes qui configurent un système de genres ; (3) chaque système de genres reflète une situation rhétorique dont la demande est la délimitation, chacun des groupes de genres reflète un événement de cette situation (la négociation, l'adoption du texte, la signature, etc.), réunissant les genres qui viabilisent la création et la validation du Traité dans les sphères institutionnelles ; (4) la composition textuelle des Traités est formée par 5 unités rhétoriques, qui sont le titre, le préambule, l'articulation substantielle et l'articulation finale ; (5) cette composition textuelle est rhétorique parce qu'elle résulte d'un travail collectif, réalisé à plusieurs reprises dans les sphères d'utilisation du genre Traité et stabilisé par ses utilisateurs ; (6) chacune de ces unités rhétoriques est composée de sous-unités, sauf pour ce qui est de l'intitulation, et présente un style linguistique spécifique. L'articulation substantielle, par exemple, qui est la partie compromettante du Traité, se caractérise par une organisation textuelle hiérarchique entre ce qui apparaît au début de l'article et ses développements articulatoires, établissant une échelle de force rhétorique. La fonction textuelle injonctive se détache car elle configure tout le contenu sémantique des énoncés de l'articulation substantielle et, principalement, étant une propriété inhérente au genre Traité de Frontière.

Mots-clés: Traité de Frontière. Genre. Socio-rhétorique. Situation rhétorique.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Forschung ist an die Rhetorischen Studien zu Textsorten (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 2005) und die Situationsrhetorik (BURKE, 1950; 1951; BITZER, 1968) angegliedert und darauf fokussiert, den Grenzvertrag als eine Textsorte zu analysieren, die auf die gesellschaftlichen Anforderungen der rhetorischen Situation der Grenzziehung zwischen Brasilien und anderen südamerikanischen Ländern reagiert. Die allgemeine Methodik der vorliegenden Forschung besteht aus 4 Teilen, von denen sich jeder auf ein bestimmtes Ziel bezieht: (i) Korpus-Zusammenstellung – zur Auswahl eines historisch-sozialen Fragments und somit zur Beschreibung des Typisierungsprozesses der Rhetorik der Grenzen in dem Korpus; (ii) Identifizierung des kommunikativen Zwecks – zur Begriffsbestimmung des Grenzvertrags, der eine Textsorte ist, die von einer Gruppe von durch eine soziale Forderung motivierten Menschen ausgearbeitet wird; (iii) Ausarbeitung der spezifischen Textsortensysteme Grenzvertrag – zur Rekonstruktion der rhetorischen Situation bei der Festlegung von Grenzen und somit zur Nachvollziehung und der (sowohl rechtlich als auch administrativ) sozialen Gültigkeit der spezifischen Textsorte Grenzvertrag; und (iv) Beschreibung der sprachlich-textuellen Gestaltung – zur Charakterisierung des Grenzvertrages als eine Textsorte auf der Grundlage ihrer wichtigsten sprachlichen Kennzeichen, die in den Verträgen geregelt und gemeinsam genutzt werden. Der Korpus dieser Forschung besteht aus 18 Grenzverträgen, die zwischen 1851 und 1981 von Brasilien und anderen südamerikanischen Ländern geschlossen wurden. Die Ergebnisse dieser Untersuchung zeigen, dass: (1) die Textsorte Grenzvertrag die schriftliche und formale Vereinbarung zwischen zwei internationalen Subjekten ist, die durch eine Konstellation von performativen Aussagen gebildet wird, welche den sozialen Akt der Festlegung von territorialen Abgrenzungen vollziehen; (2) der Abschluss jedes der Verträge eine Reihe von spezifischen Textsorten gestaltet, die in 6 Gruppen organisiert sind und ein Textsortensystem bilden; (3) jedes Textsortensystem eine rhetorische Situation widerspiegelt, deren Forderung die Abgrenzung ist, jede Textsortengruppe ein bestimmtes Ereignis dieser Situation ausdrückt (Verhandlung, Annahme des Textes, Unterzeichnung usw.) und somit die Textsorten zusammenfasst, die die Schaffung und Gültigkeit des Vertrags in den institutionellen Bereichen ermöglichen; (4) die textliche Zusammensetzung der Verträge aus 5 rhetorischen Einheiten besteht, nämlich dem Titel, der Präambel, der substantiellen Artikulation und der abschließenden Artikulation; (5) diese textliche Zusammensetzung rhetorisch ist, weil sie das Ergebnis einer kollektiven Arbeit ist, die wiederholt in den Anwendungsbereichen der Textsorte Vertrag durchgeführt und von ihren Benutzern stabilisiert wurde; (6) jede dieser rhetorischen Einheiten aus Untereinheiten besteht, mit Ausnahme der Betitelung, und einen spezifischen Sprachstil aufweist. Die substantielle Artikulation beispielsweise, die den eigentlich verpflichtenden Vertragsteil darstellt, ist durch eine hierarchische textliche Organisation zwischen dem, was im Einleitungssatz des Artikels und in der weiteren Entwicklung des Artikels vorkommt, gekennzeichnet, wodurch eine Skala rhetorischer Kraft entsteht. Die injunktive Textfunktion zeichnet sich dadurch aus, dass sie den gesamten semantischen Äußerungsinhalt der substantiellen Artikulation mitgestaltet und vor allem, weil sie eine immanente Eigenschaft der Textsorte Grenzvertrag ist.

Schlüsselwörter: Grenzvertrag. Textsorte. Soziorhetorik. Situationsrhetorik.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Modelo CARS para Introdução de Artigo Científico	38
Figura 02	Organização Geral dos Grupos de Gêneros	69
Figura 03	Constelação dos Sistemas de Gêneros Tradadísticos	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Lista de Tratados de Fronteira	46
Quadro 02	Níveis e categorias analisadas	49
Quadro 03	Grupo de Gêneros da Negociação	72
Quadro 04	Grupo de Gêneros da Adoção do Texto	74
Quadro 05	Grupo de Gêneros da Submissão ao Congresso Nacional	77
Quadro 06	Grupo de Gêneros da Ratificação	78
Quadro 07	Grupo de Gêneros da Promulgação	80
Quadro 08	Grupo de Gêneros do Registro nas Nações Unidas	82
Quadro 09	Lista dos Tratados de Fronteira com títulos técnicos e retóricos	90
Quadro 10	Subunidades retóricas do preâmbulo do Tratado de Petrópolis (1903)	99
Quadro 11	Esquema das subunidades retóricas do preâmbulo	100
Quadro 12	Esquema das subunidades retóricas da articulação substancial	120
Quadro 13	Subunidades retóricas do articulado final do Tratado com o Paraguai (1927)	128
Quadro 14	Esquema das subunidades retóricas da articulação final	130
Quadro 15	Síntese da organização retórica do Tratado de Fronteira	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Quantidade de palavras por articulação final	122
-------------------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Palavras usadas no discurso da delimitação de fronteiras	107
------------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CARS	<i>Creating a Research Space</i>
CDL	Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
CONJUR	Consultoria Jurídica
DAI	Departamento de Atos Internacionais
ERG	Estudos Retóricos do Gênero
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NRB	Nova Retórica Burkiana
OLA	Office of Legal Affairs
ONU	Organização das Nações Unidas
PCBDL	1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
SCBDL	2ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
DP	Decreto Presidencial
DI	Decreto Imperial
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	OS ESTUDOS RETÓRICOS DO GÊNERO	25
2.1	A situação retórica	27
2.2	O gênero na perspectiva retórica	31
2.3	Os sistemas de gêneros	33
2.4	A organização retórica do gênero	36
2.5	O estilo do gênero	39
3	OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1	A seleção do <i>corpus</i>	43
3.2	A identificação do propósito comunicativo	47
3.3	A elaboração dos sistemas de gêneros tratadísticos	48
3.4	A descrição da organização informacional do gênero Tratado de Fronteira	48
3.5	Uma síntese dos procedimentos metodológicos	49
4	O TRATADO DE FRONTEIRA COMO GÊNERO	50
4.1	O Tratado de Fronteira como conclusão formal de um acordo	51
4.2	O Tratado de Fronteira como acordo entre pessoas	56
4.3	Os princípios sociorretóricos do Tratado de Fronteira	59
5	OS SISTEMAS DE GÊNEROS TRATADÍSTICOS	62
5.1	A coleta de gêneros para composição dos sistemas de gêneros tratadísticos	63
5.2	A composição dos sistemas de gêneros tratadísticos	67
5.3	A organização dos grupos de gêneros tratadísticos	69
5.3.1	O grupo de gêneros da negociação	70
5.3.2	O grupo de gêneros da adoção do texto	73
5.3.3	O grupo de gêneros da assinatura	75
5.3.4	O grupo de gêneros da submissão ao Congresso Nacional	76
5.3.5	O grupo de gêneros da ratificação	78
5.3.6	O grupo de gêneros da promulgação	79
5.3.7	O grupo de gêneros do registro na ONU	81
5.4	A constelação dos sistemas de gêneros tratadísticos	85
6	A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DO GÊNERO TRATADO DE FRONTEIRA	88

6.1	O título	87
6.2	A invocação religiosa	92
6.3	O preâmbulo	93
6.3.1	Os considerandos	100
6.4	A articulação substancial	102
6.4.1	Das técnicas de redação da articulação substancial	104
6.4.2	A divulgação da articulação substancial	105
6.4.3	O léxico especializado da delimitação de fronteira	106
6.4.4	A função injuntiva da articulação substancial	109
6.4.5	A organização das subunidades retóricas da articulação substancial	113
6.5	A articulação final	121
6.5.1	A tradução dos Tratados de Fronteira	127
6.5.2	A organização das subunidades retóricas da articulação final	129
6.6	A síntese da organização retórica do gênero Tratado de Fronteira	130
7	CONCLUSÃO	132
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
	APÊNDICE – COLETÂNEA DOS TRATADOS DE FRONTEIRA	141

1 INTRODUÇÃO

A delimitação territorial é um elemento importante para a história humana, porque, em linhas gerais, representa o momento em que o homem deixou seu nomadismo para estabelecer-se em uma porção de terra e ali viver coletivamente (MALUF, 2018). Com o tempo, as relações humanas se tornam mais complexas em suas formas de organização social, surge o Estado como divisão territorial e sistema de governo, definido nos seguintes termos:

um ente jurídico, dotado de personalidade internacional, formado de uma reunião (comunidade) de indivíduos estabelecidos de maneira permanente em um território determinado, sob a autoridade de um governo independente e com a finalidade precípua de zelar pelo bem comum daqueles que o habitam. (MAZZUOLI, 2007, p. 353).

O Território é um dos elementos constitutivos do Estado, juntamente com a Soberania, o Povo e a Finalidade, conforme os princípios da Teoria Geral do Estado (DALLARI, 2011). Território e Soberania funcionam como conceitos imediatamente solidários, porque o território é onde o Estado exerce sua soberania – ou seja, sem território não há soberania –, conforme afirma Mello (1986, p. 717). O território de um Estado soberano caracteriza-se por sua delimitação e estabilidade.

O território do Estado brasileiro resulta de um longo processo histórico, iniciado ainda na fase colonial (1500-1822), concluído somente no período republicano (a partir de 1889), e marcado por momentos verdadeiramente tensos e conflituosos, tais como a Jornada dos Vassallos (1625) e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Jornada dos Vassallos, considerado o maior enfrentamento bélico do Atlântico Sul, reuniu uma frota hispano-portuguesa formada por 6 mil soldados, que contaram com o apoio dos nativos (os descendentes de portugueses e os índios), cujo quantitativo era de 2 mil, de acordo com Pinheiro (1859). Esse conflito militar marca a expulsão dos holandeses que haviam invadido a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, a capital colonial. Depois de expulsos, os holandeses tentaram estabelecer-se em outros pontos do território brasileiro, como, por exemplo, em Pernambuco, onde permaneceram por 24 anos (1630-1654).

A Guerra do Paraguai, considerado o maior enfrentamento militar da América do Sul, reuniu o Brasil e os países platinos em contenda por faixas territoriais com o Paraguai, que tinha por objetivo anexar porções de terras brasileiras e argentinas. Do lado brasileiro, estipula-se que 139 mil homens participaram diretamente da Guerra, “dos quais 50 mil

morreram, dois terços como consequência de doenças e não de combates” (DORATIOTO, 2002, p. 280). Além desse número, há aqueles relativos aos aliados e ao arrasado Paraguai. Com o fim do conflito, “O Paraguai, derrotado, perdeu os territórios que disputava com Argentina e Brasil e assistiu ao fim do Estado autoritário e patrimonial”, como diz Doratioto (2002, p. 281).

Esses dois conflitos são emblemáticos, porque, ao final do primeiro, Portugal e os Países Baixos celebram um Tratado de Paz (1641), no qual se faz presente o elemento territorial; e, ao final do segundo conflito, Brasil e Paraguai celebram um Tratado, não de Paz, mas de Limites (1872) – dois anos após o término oficial da Guerra com o Paraguai.

Além desses conflitos territoriais, existem vários outros acontecimentos nacionais (movimentos separatistas) e internacionais que podem ilustrar a construção dos limites territoriais do Brasil. Quanto aos acontecimentos internacionais, esses foram resolvidos majoritariamente pela política do não enfrentamento militar, executada pelo Barão do Rio Branco.

Considerando-se a importância do conceito de território e sua delimitação para a formação dos Estados nacionais, e o histórico da formação dos limites territoriais brasileiros, o fato de que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial não pode ser uma simples informação geográfica, mas pode ser um indicativo de que o processo de formação territorial brasileiro foi complexo, tanto é que se prolongou como agenda política do período colonial ao republicano: o Tratado de Tordesilhas (1494) é a primeira tentativa de delimitação territorial do Brasil; o Tratado de Madri (1750) é a principal tentativa de delimitação territorial do Brasil, inclusive serviu de base legal para os acordos fronteiriços celebrados no pós-independência; e o Tratado de Delimitação Marítima entre Brasil e Guiana Francesa (1981) é último acordo territorial brasileiro.

A distância entre essas três datas e as dimensões continentais brasileiras demonstram que o estabelecimento das fronteiras nacionais é um processo não tão fácil de descrever, principalmente, porque a delimitação fronteiriça requer a pactuação de obrigações entre dois ou mais Estados considerados sujeitos internacionais, e situados no mesmo nível social e, inclusive, com o mesmo interesse em delimitar suas dimensões fronteiriças, em delimitar o campo de atuação de sua soberania.

Nessa contextualização, está o Tratado de Fronteira¹ (também chamado de Tratado de Limites) com a função de registrar aquilo que as partes pactuaram, simbolizando o máximo das relações públicas (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003). O Tratado é o registro de um acordo integrativo e colaborativo entre as partes, documento escrito, por excelência, já que não se concebe deixar as estipulações apenas na oralidade. Trata-se, pois, de uma variedade textual que só se materializa pela escrita. Tiersma (2009) afirma que é mais rápido e mais fácil fazer um contrato oral do que escrever um; “evidentemente, se as partes não confiam uma nas outra, ou se há muito em jogo, vale a pena despender o esforço adicional necessário para redigir o documento²” (p. 162).

Como **hipótese**, esta tese defende que o Tratado de Fronteira é um gênero que cumpre uma função social, por figurar como uma resposta à demanda social do estabelecimento de fronteira. Essa resposta ocorre dentro de uma situação retórica definida como:

um complexo de pessoas, eventos, objetos e relações apresentando uma exigência real ou potencial que pode ser total ou parcialmente removida se o discurso, introduzido na situação, puder restringir a decisão ou ação humana a ponto de provocar a modificação significativa da exigência³ (BITZER, 1968, p. 06).

Como **suporte teórico**, esta tese apoia-se na Nova Retórica Burkiana (NRB), que se preocupa com uma análise ampla da situação retórica e dos seus componentes (evento, demanda, audiência e restrições), e nos Estudos Retóricos do Gênero (ERG), que se preocupam com uma análise do gênero dentro da situação retórica. Dada a importância dos estudos de Burke para a arte retórica, alguns autores afirmam que há uma corrente retórica burkiana (HANSEN, 1996). No entanto, defende-se nesta tese que, dada a preocupação analítica dos estudos burkianos em descrever a situação, essa Nova Retórica, proposta por ele e fundamentada em seus estudos, pode ser chamada também de Retórica Situacional ou da Situação⁴. Essa denominação como área de estudo, alcunhada por seu objeto de pesquisa, é,

¹ Nesta pesquisa, utilizamos a grafia em letra maiúscula (Tratado) para referir-se ao termo gênero discursivo/textual Tratado de Fronteira, e a grafia em letra minúscula (tratado) para referir-se àquilo que se discutiu, que se tratou, que foi combinado.

² No original: *Of course, if the parties do not trust each other, or if there is much at stake, it becomes worthwhile to spend the additional effort required to create a writing* (TIERSMA, 2009, p. 162).

³ No original: *Rhetorical situation may be defined as a complex of persons, events, objects, and relations presenting an actual or potential exigence which can be completely or partially removed if discourse, introduced into the situation, can so constrain human decision or action as to bring about the significant modification of the exigence* (BITZER, 1968, p. 06).

principalmente, uma forma de diferenciação, em relação à Nova Retórica de Perelman, conhecida principalmente como Retórica da Argumentação.

Quanto aos Estudos Retóricos do Gênero, trata-se de uma área teórica que abriga estudos diversificados sobre a criação e a constituição do gênero, os quais observam questões sociais, históricas, textuais, discursivas e linguísticas. Uma tônica dos ERG tem sido o viés pedagógico: descrever o gênero para ensiná-lo melhor. Por essas (e outras) razões, não há consenso para definição precisa do campo de atuação dos ERG entre aqueles autores que se propõem delimitar a área. Talvez o único consenso tenha sido aceitar que a interação linguística se estabelece por meio de estratégias cognitivas e sociais, as quais são acionadas pelos falantes conforme a situação em que eles se encontrem. Conseqüentemente, esses elementos, o cognitivo e o social, tanto regulam a interação linguística quanto são regulados por ela.

Nesta tese, a Retórica Situacional e os ERG são acionados para fundamentar a defesa do Tratado de Fronteira como gênero que responde à situação retórica de delimitação de fronteira entre o Brasil e os países sul-americanos. Nessa defesa, então, cabe definir o Tratado de Fronteira como gênero, descrevendo a sua relação com os demais gêneros acionados para a tramitação, com a constituição textual do Tratado e com as marcas estilísticas mais relevantes para a elaboração da retórica tratadística.

Na seção teórica, serão discutidos os principais conceitos utilizados nesta pesquisa, porém antecipa-se, aqui, que alguns deles são úteis principalmente porque dão fundamento a que se represente o evento diplomático do estabelecimento de fronteiras – o conjunto de ações para a celebração do Tratado – como uma situação retórica.

Dentre esses conceitos, encontra-se a noção de **identificação** (BURKE, 1951; 1969), um processo interativo e anterior à persuasão (que é o resultado do processo de identificação de interesses em resolver alguma demanda social reconhecida pelos interlocutores). O gênero Tratado de Fronteira é o resultado do processo de identificação de interesses diplomáticos (principalmente, territoriais) permitidos entre os signatários. As estipulações registradas nele não objetivam convencer a audiência, mas movê-la. As estipulações são o registro do processo de identificação de interesses que reuniu os signatários e os seus representantes.

Apesar de sua importância dentro da Nova Retórica Burkiana, o conceito de identificação não goza de mesmo estatuto dentro dos Estudos Retóricos do Gênero –

⁴ O principal crítico da noção de situação retórica, Richard E. Vatz, foi quem (possivelmente) cunhou o nome Retórica Situacional, em seu artigo “The Myth of the Rhetorical Situation” (1973), que posteriormente foi revisado e atualizado em seu novo artigo “The Mythical Status of Situational Rhetoric” (2009).

obviamente, porque há outros objetivos mais ligados à composição do gênero. Por essa razão, esta tese opta por mover-se entre as duas áreas, deslindando seu próprio caminho teórico.

Nesta pesquisa, o **objetivo geral** é analisar o Tratado de Fronteira como um gênero que responde às exigências sociais da situação retórica de delimitar uma fronteira entre os países, no caso específico, entre o Brasil e os países sul-americanos. Para tal, adota-se um conjunto de procedimentos metodológicos orientados pelos ERG (MILLER, 2012; SWALES, 2004), que defendem uma análise contextualizada (análise situada).

A metodologia geral desta tese compõe-se de quatro procedimentos – como se explicitará no capítulo específico –, cada um deles relacionado a um objetivo específico:

- (1) a seleção do *corpus* – para delimitar um recorte histórico-social e nele desenvolver uma descrição da retórica tratadística, no sentido de apresentar o plano retórico do estabelecimento das fronteiras brasileiras;
- (2) a identificação do propósito comunicativo – para definir o Tratado de Fronteira, que é um gênero elaborado por um grupo de pessoas motivadas por uma demanda retórica; o propósito comunicativo é o principal elemento caracterizador de um gênero, conforme Swales (1990, 2004);
- (3) a elaboração dos sistemas de gêneros tratadísticos – para descrever a situação retórica do estabelecimento de fronteiras e traçar o percurso da criação e da validação social (legal e administrativa) do gênero Tratado de Fronteira, ao lado de outros gêneros acionados para essa situação; e
- (4) a descrição da organização retórica dos Tratados de Fronteira – para caracterizar a composição textual do gênero Tratado de Fronteira e demonstrar a criação da retórica tratadística para estabelecimento de fronteiras.

Esta tese compõe-se de cinco capítulos. O primeiro deles é esta introdução, que apresenta um panorama da pesquisa. O segundo discute os conceitos de situação retórica, gênero, sistema de gêneros, organização retórica e estilo, com o propósito de delinear o arcabouço teórico desta tese. O terceiro apresenta os principais procedimentos metodológicos, que são retomados e detalhados em cada uma das seções de análise. O quarto discute uma definição sociorretórica para o Tratado de Fronteira como gênero. O quinto descreve as atividades e os gêneros que são acionados pelos participantes da situação retórica para constituir o acordo fronteiriço, e tem o objetivo de elaborar os sistemas de gêneros tratadísticos ligados à delimitação. O sexto e último capítulo analisa a organização textual do Tratado e tem a finalidade de demonstrar que a composição do Tratado de Fronteira resulta de uma prática discursiva que é coletiva, contínua e consuetudinária.

Ao final, são incluídas a conclusão, as referências bibliográficas e, como apêndice, a coletânea dos 18 Tratados de Fronteira, que são apresentados numa edição modernizada realizada por esta pesquisa.

7 CONCLUSÃO

Nesta tese, a análise procura responder a pergunta o que é um Tratado de Fronteira. Para tal, parte-se do princípio que esse documento jurídico é um gênero criado dentro de uma situação diplomática e adota-se uma metodologia constituída de 4 níveis, que são: o conceptual, que objetiva descrever a essência desse documento como gênero; o sistemático, que objetiva caracterizar as relações do Tratado de Fronteira com os gêneros acionados para sua tramitação; e o nível organizacional e estilístico, que objetiva apresentar uma síntese da composição linguístico-textual do espicilégio. Essa metodologia, portanto, analisa a natureza do Tratado de Fronteira (ser) e a relação dele com outros gêneros e com os gêneros de sua mesma espécie (ser com os outros).

No nível conceptual, opta-se por uma perspectiva sociorretórica do gênero e define-se a delimitação das fronteiras brasileiras como uma exigência social para o estabelecimento de um Estado nacional soberano, visto que um grupo de pessoas criou um discurso retórico para fundamentar uma série de atividades jurídico-diplomáticas, removendo os impedimentos e solucionando a demanda fronteiriça.

Nesse cenário, o Tratado de Fronteira é a resposta retórica para a demanda social da delimitação das fronteiras, isto é, o gênero que foi acionado por uma comunidade retórica, mais ou menos homogênea, com o propósito de instituir e regular uma atividade social. O Tratado de Fronteira não é uma resposta retórica inédita, porém recupera as mais antigas práticas diplomáticas, que eram realizadas muito antes da formação do Estado brasileiro. Por isso, representa uma prática discursiva, mobilizada para resolver determinados problemas sociais, e um uso estratégico da língua para se alcançar um propósito pretendido.

Por ser uma resposta retórica, é que, no nível sistemático, o gênero Tratado de Fronteira é acionado dentro de uma teia de atividades sociodiscursivas institucionais, isto é, ele é um gênero do âmbito jurídico-diplomático que não funciona isoladamente, mas está associado a outras respostas retóricas, criando vínculos entre práticas das esferas de poder do Estado.

O desenho dessa teia de atividades possibilita reconstruir o percurso criado para a celebração do Tratado de Fronteira com os 11 países sul-americanos, identificando cada etapa de constituição do Tratado como um evento que compõe a situação retórica da delimitação de fronteira, que são: negociação, adoção do texto, assinatura, submissão ao Congresso Nacional, ratificação, promulgação e registro na ONU. Cada etapa é um evento sociorretórico, que, por sua vez, apresenta uma demanda pontual e subordinada à exigência social maior, a

delimitação. Cada fase contratual que se ultrapassa demonstra o sucesso na identificação de interesse entre as pessoas envolvidas na criação do Tratado.

Essa teia de atividades dá origem aos sistemas de gêneros tratadísticos, que são formados pelos grupos de gêneros acionados para a criação e a validação do Tratado de Fronteira. O conjunto dos sistemas de gêneros tratadísticos formam uma constelação, termo da Astronomia que faz referência a um conjunto de elementos celestes que formam uma figura coerente através de uma linha imaginária. Nesta pesquisa, constelação de gêneros faz referência ao conjunto das atividades jurídico-diplomáticas que promovem a delimitação de fronteiras e ao conjunto dos gêneros que criam o Tratado de Fronteira, auxiliando em sua tramitação administrativa.

No nível organizacional e estilístico, o texto dos Tratados de Fronteira está composto por cinco partes (as unidades), que são: (i) a intitulação, que tem a função de prenunciar a matéria tratadística; (ii) a invocação religiosa, que tem a função de expressar a licitude divina ao chefe imperial; (iii) a preambulação, que tem a função de apresentar os componentes da situação retórica e o estado de ânimo em que se conduz a negociação diplomática; (iv) a articulação substancial, que tem a função de estabelecer os compromissos contratuais; e (v) a articulação final, que tem a função de referenciar as formalidades administrativas da pactuação. Cada uma dessas unidades retóricas, exceto a intitulação, está composta por subdivisões (as subunidades).

Merecem destaque “os considerandos”, parte integrante da preambulação, visto que têm a função de apresentar os fundamentos legais e sociais da negociação. Apesar de não se constituírem como estipulações tratadísticas, isto é, não têm peso de lei, os “considerandos” manifestam a força gerundiva (obrigativa) que é inerente à concepção do Tratado de Fronteira como gênero. O Tratado de Fronteira é, portanto, construído com base nos sentidos de obrigação, ordem, dever, compromisso, permissão etc., todos eles gerenciados pela anuência entre as partes contratuais.

A estabilidade da delimitação territorial do Estado brasileiro e o respeito internacional ao pacto diplomático demonstram o sucesso do gênero Tratado de Fronteira como uma solução sociorretórica à exigência da delimitação. A criação e a manutenção do discurso sobre fronteiras possibilitou que o Brasil e os países sul-americanos ultrapassassem os vários impedimentos diplomáticos e resolvessem a maioria de suas pendências territoriais pela força da palavra, usada de modo justo e principalmente planejado. O Tratado de Fronteira prova que o uso retórico da língua é mais salutar às sociedades do que o uso da estratégia bélica.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ADAM, Jean-Michel. **Les textes: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992.

ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. *In*: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 115-132.

ADAM, Jean-Michel. Textualité et séquentialité. L'exemple de la description, **Langue française**, Paris, n. 74, p. 51-72, 1987.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Prefácio e Introdução de: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005. p. 15-84.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática Latina**: curso único e completo. 29. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática Metódica de Língua Portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **Manual do candidato**: noções de direito e direito internacional. 4. ed. atual. Brasília: FUNAG, 2012.

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. **Constelação de gêneros**: proposta de construção de um conceito. Fortaleza: EDUFC, 2020. No prelo.

ARAÚJO, Valter Schuenquener. Princípio da Soberania no Direito Internacional. *In*: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flavio (Org.). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1259-1276.

ARDUINI, Stefano; DAMIANI, Matteo. **Dizionario di retorica**. Covilhã: Livros LabCom, 2010.

ARTEMEVA, Natasha. Approaches to Learning Genres: A Bibliographical Essay. *In*: ARTEMEVA, Natasha; FREEDMAN, Aviva (Eds.). **Rhetorical Genre Studies and Beyond**. Winnipeg/Canada: Inkshed, 2008. p. 09-100.

ARTEMEVA, Natasha. Key concepts in Rhetorical Genre Studies: An overview. **Canadian Journal for Studies in Discourse and Writing**, Burnaby/BC, Canadá, v. 20, n. 1, p. 3-38, 2004.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, Jonh. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v. 22, n. 2, p. 195-212, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].

BARBOZA, Heloisa Helena Gomes. Autonomia da Vontade *In*: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flavio (Org.). **Dicionário de Princípios Jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, v. 1, p. 117-127.

BAWARSHI, Anis S. **Genre and the Invention of the Writer**: Reconsidering the Place of

BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa e ensino. Tradução do inglês por Benedito Gomes da Silva. São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, Charles. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAZERMAN, Charles. **Shaping Written Knowledge**: The Genre and Activity of the Experimental Article in Science. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

BAZERMAN, Charles. Systems of genres and the enactment of social intentions. *In*: FREEDMAN, Artemeva; MEDWAY, Peter (Eds.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 2005. p. 79-101.

BAZERMAN, Charles. The Life of Genre, the Life in the Classroom. *In*: BISHOP, Wendy; OSTROM, Hans. **Genre and Writing**. Portsmouth/NH: Boynton/Cook, 1997. p. 19-26.

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BESSELAAR, José van den. **Propylaeum Latinum** – Volume I: Sintaxe Latina Superior. São Paulo: Herder, 1960.

BEVILAQUA, Clovis. **Direito das obrigações**. Salvador: Livraria Magalhães, 1896.

BHATIA, Vijay Kumar. Análise de Gêneros Hoje. Tradução do inglês por Benedito Gomes Bezerra. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 23, p. 102-115, 2001.

BHATIA, Vijay Kumar. **Analising genre**: language use in professional settings. New York: Longman, 1993.

BHATIA, Vijay Kumar. Applied genre analysis: a multiperspective model. **Ibérica**, Madri, n. 4, p. 3-19, 2002.

BHATIA, Vijay Kumar. Integrating products, processes, purposes and participants in professional writing. *In*: CANDLIN, Christopher N.; HYLAND, Ken (Eds.). **Writing**: texts, processes and practices. London: Longman, 1999. p. 21-39.

BHATIA, Vijay Kumar. **Worlds of written discourse**: A genre-based view. London: Continuum, 2004.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 305f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. **Alfa**, v. 42, n. Esp. São Paulo, 1998, p. 161-181.

BITZER, Lloyd. Functional Communication: A Situational Perspective. *In*: WHITE, Eugene (Ed.). **Rhetoric in Transition**. University Park: Pennsylvania State UP, 1981. p. 21-38.

BITZER, Lloyd. The Rhetorical Situation. **Philosophy & Rhetoric**. Pensilvânia, n. 1, p. 1-14, 1968.

BORBA, Francisco et al. (Coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1990.

BORBA, Francisco et al. (Orgs.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 abril 2019.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 25 abril 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty**. Brasília: MRE, 2016.

BRASIL/MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Manual de Procedimentos – Atos Internacionais**. Brasília: Divisão de Atos Internacionais, 2010.

BRINKER, Klaus. **Linguistische Textanalyse**. 7. ed. Berlin: E. Schmidt, 2010 [1985].

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2012 [1999].

BURKE, Kenneth. **A rhetoric of motives**. Berkeley/Los Angeles: University California Press, 1969 [1950].

BURKE, Kenneth. Rhetoric - old and new. **The Journal of General Education**, Pensilvânia, vol. 5, n. 3, Abril, p. 202-209, 1951.

BURKE, Peter. **Linguagens e Comunidades**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010.

BUSSMANN, Hadumod. **Routledge Dictionary of Language and Linguistics**. London; New York: Routledge, 1996.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. **Tipos textuales**. Buenos Aires: EUDEBA, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Limites dos Estados Unidos do Brasil**: sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma das suas unidades políticas. Rio de Janeiro: Typografia do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

DEVITT, Amy J. **Writing genres**. Carbondale/Illinois: Southern Illinois University Press, 2004.

DEVITT, Amy. Intertextuality in Tax Accounting: Generic, Referential, and Functional. *In*: BAZERMAN, Charles; PARADIS, James. (Eds.). **Textual Dynamics of the Professions: Historical and Contemporary Studies of Writing in Professional Communities**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. p. 336-357.

DIK, Simon. **The Theory of Functional Grammar**: complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. Vol. 2

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Tradução do francês por Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra** - Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EHNINGER, Douglas. A synoptic view of systems of western rhetoric. **Quarterly Journal of Speech**, 61, p. 448-453, 1975.

ENGEL, Juvenal Milton. Breve notícia histórica. Texto introdutório da página virtual da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - 1999. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>. Acesso em: 16 março 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Londres: Routledge, 2003.

FEAK, Christine; SWALES, John. **English in today's research world: A writing guide**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2000.

FREEDMAN, Aviva; MEDWAY Peter (Ed.). **Genre and the New Rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994.

GAONKAR, Dilip Parameshwar. Contingency and Probability. *In*: SLOANE, Thomas O. **Encyclopedia of Rhetoric**. Oxford: University Press, 2006. p. 161-176.

HANSEN, Gregory. Kenneth Burke's Rhetorical Theory within the Construction of the Ethnography of Speaking. **Folklore Forum**, 33, p. 50-59, 1996.

HARRÉ, Rom. Philosophical Aspects of the Macro-Micro Problem. *In*: KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (Eds): **Advances in Social Theory and Methodology**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981. p. 139-160.

HEMAIS, Barbara Jane Wilcox; BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A proposta sócio-retórica da John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. *In*: MEURER, José Luiz; BONINI,

Adair, MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 108-129.

HERRICK, James. **The History and Theory of Rhetoric: An Introduction**. 6. ed. Nova Iorque: Routledge, 2005.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Editora Ltr, 2017.

HYLAND, Ken. **Academic Discourse: English in a Global Context**. Londres: Continuum, 2009.

HYLAND, Ken. **Genre and Second Language Writing**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

JASINSKI, James. Rhetorical situation. Encyclopedia of Rhetoric. *In*: SLOANE, Thomas (Ed.). **Encyclopedia of Rhetoric**. Oxford: University Press, 2006. p. 719-722.

JAMIESON, Kathleen M. Hall. Generic Constraints and the Rhetorical Situation. **Philosophy & Rhetoric**. v. 6, n. 3, 1973, p. 162–170.

JOHNSON, Nan. Nineteenth-Century rhetoric. *In*: SLOANE, Thomas (Ed.). **Encyclopedia of Rhetoric**. Oxford: University Press, 2006. p. 537-546.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Tradução de Luis Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: University Press, 1977. Vol. 2.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Tratados Internacionais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011b.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011a.

MCCLELLAND, David Clarence. **Human motivation**. New York: University of Cambridge, 1987.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 1986. 2º vol.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A Questão do Rio Pirara (1829-1904)**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MEURER, José Luís; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Gêneros - teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (Org.). Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012 [1984].

MÜLLER, Wolfgang. Style. *In*: SLOANE, Thomas (Ed.). **Encyclopedia of Rhetoric**. Oxford: University Press, 2006. p. 771-783.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **Las relaciones entre el Perú y Brasil (1826-2012)**. Lima: EQUIS EQUIS, 2012.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. A França Antártica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 3-134, 1859 .

PUGLIESI, Fábio. **A instituição de dever instrumental tributário por tratado internacional**. 2004. 229f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A Carta das Nações Unidas**. 26 de junho de 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 27 abril 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados**, 22 maio 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acesso em 27 fevereiro 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)/OFICINA DE ASUNTOS JURÍDICOS. **Manual de Tratados**. ONU, 2013. Disponível em https://www.cbd.int/abs/doc/treatyhandbook_es.pdf. Acesso em 27 fevereiro 2017.

ORLIKOWSKI, Wanda; YATES JoAnne. Genre Repertoire: The Structuring of Communicative Practices in Organizations. **Administrative Science Quarterly**, vol. 39, n. 4, Dec. 1994. p. 541-574.

PALTRIDGE, Brian. **Genre, frames, and writing in research settings**. Amsterdam/NL & Philadelphia/USA: John Benjamins, 1997

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 3. ed. Salvador: Jus Podium, 2011.

POTTIER, Bernard. **Linguistique générale**. Paris: Klincksieck, 1974.

QUINTILIANO, Marco Fabio. **Instituciones Oratorias**. Tradução de Ignacio Rodríguez e Pedro Sandier. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando y Cia., 1887. Versão html disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/instituciones-oratorias--0/>. Acesso em 11 junho 2019.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REMIRO BROTONS, Antonio et al. **Derecho Internacional**: Curso General. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUSSELL, David R. Rethinking genre in school and society: An activity theory analysis. **Written Communication**, Newbury Park/Califórnia, 14 (4), 1997. p. 504-554.

SILVA, Moisés Batista. Uma palavra só não basta: um estudo teórico sobre as unidades fraseológicas. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 28, p. 11-20, 2006.

SKEAT, Walter W. **A concise etymological dictionary of the English language**. New York, Harper & Brothers, 1882.

SWALES, John. **Genre Analysis**: English in Academic and Research Settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John. **Research Genres**: Explorations and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TARDY, Christine M. A genre system view of the funding of academic research. **Written Communication**, Thousand Oaks/California, n. 20/1, p. 7-36, 2003.

TIERSMA, Peter. **Speaking of Language and Law**. Oxford: University Press, 2015.

TIERSMA, Peter. Writing, Text, and the Law. In: BAZERMAN, Charles (Ed.). **Handbook of Writing Research**. New York/London: Lawrence Erlbaum Associates, 2009. p. 156-170.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. 2v. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1991.

VARELLA, Marcelo. **Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VATZ, Richard E. The Myth of the Rhetorical Situation. In: **Philosophy & Rhetoric**, Pensilvânia, vol. 6, n. 3, p. 154-161, 1973.